



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas

Públicas – FACE

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais - CCA

Curso de Ciências Contábeis

Pedro Henrique Carvalho Martins

**A importância das disciplinas de micro e macroeconomia como
componentes curriculares obrigatórios do curso de contabilidade
nas universidades públicas brasileiras**

Brasília-DF, Abril de 2023

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas**

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

Pedro Henrique Carvalho Martins

A importância das disciplinas de micro e macroeconomia como componentes curriculares obrigatórios do curso de contabilidade nas universidades públicas brasileiras

Trabalho de Conclusão do Curso (Monografia), apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Elivânio Geraldo de Andrade.

Linha de pesquisa: Projeto pedagógico de contabilidade nas universidades públicas do Brasil.

Área: Contabilidade, Economia, Projeto pedagógico.

Brasília-DF, Abril de 2023

RESUMO

No contexto atual, o estudante de ciências contábeis das universidades brasileiras que busca ser um profissional adequado ao mercado de trabalho, deve possuir conhecimento não apenas em contabilidade, mas também em outras áreas que contribuem positivamente com o objetivo principal do curso. Dentre outras áreas, no que tange ao curso de contabilidade, as disciplinas de economia fazem parte do currículo. Com o objetivo de identificar quantas e quais universidades públicas brasileiras possuem especificamente as matérias de micro e macroeconomia no fluxo curricular obrigatório de ciências contábeis, foram pesquisadas quais são as melhores universidades públicas brasileiras, e em seguida buscou-se o Projeto Pedagógico do Curso de Contabilidade de cada uma das 104 universidades mais bem colocadas no Ranking de Universidades da Folha de São Paulo. Além disso, foi possível identificar quais instituições têm apenas microeconomia ou macroeconomia como obrigatória, e quais não exigem nenhuma das duas disciplinas no currículo do curso. Por fim, procurou-se destacar a importância da obrigatoriedade de ambas matérias no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. Os achados da pesquisa demonstram que, dentre as universidades públicas brasileiras que ofertam o curso de ciências contábeis, 33% delas possuem microeconomia e macroeconomia como disciplinas obrigatórias no projeto pedagógico de contabilidade. Além disso, 60% das instituições não exigem as duas matérias na formação do contador, enquanto 4% exigem apenas microeconomia, e 3% das instituições de ensino demandam a disciplina de macroeconomia, mas não microeconomia.

Palavras-chave: Microeconomia; Macroeconomia; Projeto Pedagógico; Contabilidade; Economia.

LISTA DE SIGLAS

RUF	-	Ranking Universitário da Folha
PPC	-	Projeto Pedagógico do Curso
CRC	-	Conselhos Regionais de Contabilidade
CFC	-	Conselho Federal de Contabilidade
NBC	-	Normas Brasileiras de Contabilidade
GECON	-	Gestão Econômica
PPPI	-	Projeto Político Pedagógico Institucional
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPQ	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
SCIELO	-	Scientific Electronic Library Online
ENADE	-	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
USP	-	Universidade de São Paulo
UNICAMP	-	Universidade Estadual de Campinas
UFRJ	-	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFMG	-	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	-	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESP	-	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UFSC	-	Universidade Federal de Santa Catarina
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná
UNB	-	Universidade de Brasília
UFPE	-	Universidade Federal de Pernambuco
UFC	-	Universidade Federal do Ceará
UFSCAR	-	Universidade Federal de São Carlos
UERJ	-	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	-	Universidade Federal da Bahia
UFV	-	Universidade Federal de Viçosa
UNIFESP	-	Universidade Federal de São Paulo
UFF	-	Universidade Federal Fluminense
UFG	-	Universidade Federal de Goiás
UFSM	-	Universidade Federal de Santa Maria
UFRN	-	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UEL	-	Universidade Estadual de Londrina
UEM	-	Universidade Estadual de Maringá
UFU	-	Universidade Federal de Uberlândia
UFJF	-	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFES	-	Universidade Federal do Espírito Santo
UFLA	-	Universidade Federal de Lavras
UFPA	-	Universidade Federal do Pará
UFPB	-	Universidade Federal da Paraíba
UFPEL	-	Universidade Federal de Pelotas
UFMT	-	Universidade Federal de Mato Grosso

UFRRJ	-	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	-	Universidade Federal de Sergipe
UFABC	-	Fundação Universidade Federal do Abc
UFOP	-	Universidade Federal de Ouro Preto
UDESC	-	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina
UFMS	-	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UENF	-	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UFCG	-	Universidade Federal de Campina Grande
UFAL	-	Universidade Federal de Alagoas
UFTM	-	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UTFPR	-	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UEPG	-	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFSJ	-	Universidade Federal de São João Del Rei
UFMA	-	Universidade Federal do Maranhão
UFPI	-	Universidade Federal do Piauí
UNIFEI	-	Universidade Federal de Itajubá
FURG	-	Universidade Federal do Rio Grande
UECE	-	Universidade Estadual do Ceará
UEFS	-	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESC	-	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFAM	-	Universidade Federal do Amazonas
UFCSPA	-	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UNIOESTE	-	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UFRPE	-	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNIRIO	-	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIFAL MG	-	Universidade Federal de Alfenas
UPE	-	Universidade de Pernambuco
FURB	-	Universidade Regional de Blumenau
UFGD	-	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
UNIPAMPA	-	Fundação Universidade Federal do Pampa
UESB	-	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNEB	-	Universidade do Estado da Bahia
FERSA	-	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UEPB	-	Universidade Estadual da Paraíba
UNIMONTES	-	Universidade Estadual de Montes Claros
UNICENTRO	-	Universidade Estadual do Centro Oeste
UFVJM	-	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UEA	-	Universidade do Estado do Amazonas
UNIVASF	-	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
UEG	-	Universidade Estadual de Goiás
UFFS	-	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFT	-	Fundação Universidade Federal do Tocantins
UEPA	-	Universidade do Estado do Pará
UEMS	-	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UNEMAT	-	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNIR	-	Fundação Universidade Federal de Rondônia

UFRB	-	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRA	-	Universidade Federal Rural da Amazônia
UESPI	-	Universidade Estadual do Piauí
UVA	-	Universidade Estadual do Vale do Acaraú
UFOPA	-	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFAC	-	Universidade Federal do Acre
UEMG	-	Universidade do Estado de Minas Gerais
UERN	-	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UNITAU	-	Universidade de Taubaté
URCA	-	Universidade Regional do Cariri
UENP	-	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UNILA	-	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UFRR	-	Universidade Federal de Roraima
UNIFAP	-	Universidade Federal do Amapá
UEMA	-	Universidade Estadual do Maranhão
UERGS	-	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFSB	-	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNILAB	-	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNESPAR	-	Universidade Estadual do Paraná
UFOB	-	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFCA	-	Universidade Federal do Cariri
UNIFESSPA	-	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
CISAL	-	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
UERR	-	Universidade Estadual de Roraima
FESURV	-	Universidade de Rio Verde
UEAP	-	Universidade do Estado do Amapá
USCS	-	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
UNEAL	-	Universidade Estadual de Alagoas
UNITINS	-	Universidade do Tocantins

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de universidades públicas brasileiras que exigem microeconomia/macroeconomia como disciplinas obrigatórias no fluxo curricular de ciências contábeis.

Gráfico 2 - Relação das universidades públicas, na região norte do país, que oferecem microeconomia/macroeconomia como matérias obrigatórias no currículo de contabilidade.

Gráfico 3 - Percentual de universidades públicas no nordeste brasileiro que impõem microeconomia/macroeconomia como disciplinas obrigatórias durante a graduação em ciências contábeis.

Gráfico 4 - Proporção de universidades públicas no centro-oeste do Brasil que ofertam microeconomia/macroeconomia como matérias obrigatórias no fluxo curricular de ciências contábeis.

Gráfico 5 - Relação de universidades públicas, na região sudeste do país, que requerem microeconomia/macroeconomia como disciplinas obrigatórias no currículo de ciências contábeis.

Gráfico 6 - Percentual de universidades públicas na região sul brasileira que demandam microeconomia/macroeconomia como matérias obrigatórias durante a graduação em contabilidade.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. DESENVOLVIMENTO	13
2.1 Evolução das ciências contábeis no Brasil	13
2.2 Relevância da área de economia na contabilidade e conceitos fundamentais	15
2.3 Importância das disciplinas de micro e macroeconomia na formação do contador	18
2.3.1 A microeconomia	18
2.3.2 A macroeconomia	19
3. METODOLOGIA	21
4. ANÁLISE DOS DADOS	24
5. CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	32
ANEXO	36

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, no contexto universitário, tem-se notado que a interdisciplinaridade vem desempenhando papel relevante na formação básica dos graduandos. A Resolução 10 do Ministério da Educação, por exemplo, exige que existam “formas de realização da interdisciplinaridade” no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior. Entende-se como interdisciplinaridade a “[...] intersecção entre conteúdos de duas ou mais disciplinas para permitir que o aluno elabore uma visão mais ampla a respeito dessas temáticas”. (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO, 2021, p. 01).

Destacar a importância das disciplinas de micro e macroeconomia, como componentes curriculares obrigatórios aos graduandos em contabilidade nas universidades públicas, é relevante na medida em que o curso de ciências contábeis não se restringe a um conhecimento técnico, sendo interessante o domínio de outros temas.

Nesse contexto, de acordo com Favarão e Araújo (2017), a educação deve ser entendida e trabalhada de forma interdisciplinar, na qual o aluno é agente ativo. Ademais, também pode-se considerar a interdisciplinaridade como “o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão de seus limites, o princípio da diversidade e da criatividade.” (FAZENDA, 1994, p. 38, apud FAVARÃO e ARAÚJO, 2004, p.103). Desse modo, pode-se perceber a pertinência da interdisciplinaridade no contexto universitário, incluindo o curso de ciências contábeis.

O objetivo geral do presente estudo é identificar quantas e quais das melhores universidades públicas brasileiras, possuem microeconomia e macroeconomia no fluxo curricular obrigatório de ciências contábeis; as que têm apenas uma ou outra como obrigatórias, e as que não apresentam nenhuma das duas como necessárias para a obtenção do diploma de bacharel em ciências contábeis. Durante a apresentação desses aspectos, pretendeu-se também ressaltar a importância delas durante a graduação em contabilidade, assim como durante o exercício da profissão contábil.

Dentre as possíveis razões pelas quais as instituições públicas de ensino do Brasil, em sua maioria, não adotam as duas disciplinas como obrigatórias no currículo de contabilidade, pode-se citar três: a influência das demais universidades públicas da região; a classificação do curso de contabilidade pelo MEC, CAPES e CNPQ como

sendo parte da grande área de Administração, o que pode ter provocado essa tendência de adoção de disciplinas administrativas em detrimento das disciplinas econômicas; e a falta de atualização nos Projetos Pedagógicos do Curso de Contabilidade.

No que tange à graduação em ciências contábeis, apesar de áreas como português, matemática, sociologia, inglês, história, administração, direito e finanças serem bastante relevantes na formação acadêmica, as disciplinas de economia, especialmente, trazem muitos benefícios ao aluno de contabilidade. Isso por que elas fornecem uma base sólida de conhecimentos e habilidades que são essenciais para a compreensão e análise do ambiente econômico no qual as empresas operam, além de proporcionar as ferramentas de análise certas para auxiliar o contador na tomada de decisões financeiras (HERCOWITZ, 2007).

Portanto, a combinação de conhecimentos entre as duas áreas, se torna imprescindível no que se refere ao desenvolvimento de um profissional contábil que se adeque ao mercado de trabalho atual, que de acordo com Favarão e Araújo (2017, p.104):

[...] exige que a universidade não somente capacite os acadêmicos para futuras habilitações nas especializações tradicionais, mas principalmente, que tenha em vista a formação dos mesmos, para desenvolver suas competências e habilidades em função de novos saberes que se produzem e que exigem um novo tipo de profissional.

Tal argumento reforça ainda mais a importância que deve ser dada à interdisciplinaridade nas universidades brasileiras.

Dessa maneira, destacam-se, mais especificamente, duas disciplinas do âmbito econômico durante a graduação em ciências contábeis, são elas: microeconomia e macroeconomia. Elas são responsáveis por fornecer aos estudantes uma base sólida de conhecimento econômico que permitirá que os contadores entendam o contexto econômico das empresas em geral. Outrossim, elas são capazes de auxiliar no planejamento e na previsão de eventos financeiros, avaliação de riscos de forma mais assertiva, e tomada decisões financeiras acerca do futuro das companhias de maneira mais fundamentada. Outra atribuição das disciplinas no contexto contábil, baseia-se na análise de custos, precificação de produtos e análise de concorrência (HERCOWITZ, 2007).

Consoante a pesquisa, em primeiro lugar foram procuradas quais são as melhores universidades públicas brasileiras, levando em conta a qualidade de pesquisa, ensino, inovação, internacionalização e mercado de trabalho de cada uma.

A partir do Ranking de Universidades (2019) da Folha de São Paulo, após aplicação de filtro para apresentação exclusiva de universidades custeadas pelo governo, podendo ser estaduais, municipais, federais ou regionais, estas foram classificadas em uma lista decrescente de qualidade, do número 1 ao 105.

Na sequência, através do site de cada uma das instituições, foram analisados, individualmente, seus Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) de Ciências Contábeis, na intenção de identificar quais possuem tanto a disciplina de macro como a de microeconomia como indispensáveis, quais têm apenas uma delas como obrigatória, e quais não detém nenhuma das duas no fluxo curricular obrigatório do curso de contabilidade.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Evolução das ciências contábeis no Brasil

Para Peleias *et al.* (2007), a pesquisa de uma história é capaz de identificar, resgatar e analisar fatos relevantes da evolução da sociedade. Com relação aos primórdios das ciências contábeis no país e o seu desenvolvimento, ainda pode-se perceber uma escassez de pesquisas majoradas e que permitem o estudo mais profundo de sua história, por isso, para contextualização, realizar-se-á um breve resumo do desenvolvimento das ciências contábeis no Brasil.

Em comparação com os países colonizadores europeus, evidenciou-se que o Brasil apresentou exacerbada demora no que se refere às primeiras escritas contábeis. Estas tiveram a sua tradução, em língua portuguesa, apenas no ano de 1758, enquanto a obra *Summa*, de Luca Pacioli, escrita originalmente em italiano e considerada a primeira obra a conter a primeira descrição de partidas dobradas, foi publicada 264 anos antes (NIYAMA; SILVA, 2021).

Em 1807, logo após uma invasão da França à Portugal, a família real portuguesa viu-se obrigada a evadir-se para o Brasil, causando dois aspectos que apresentaram grande relevância para a propagação dos conhecimentos contábeis no país, ainda de acordo com Niyama e Silva (2021), sendo eles: o aumento do fluxo de conhecimento contábil e econômico na colônia, que mobilizou uma busca nacional por pessoas que possuíam saber em escrituração; e além disso, a chegada de diversos livros contábeis do país português, o que proporcionou considerável ampliação no acesso ao conhecimento em escrituração e partidas dobradas.

No ano seguinte, o Príncipe D. João VI torna oficial, através da Carta, a escrituração e os relatórios de contabilidade em seu governo, conforme cita Reis, Silva e Silva (2007):

Para o método de Escrituração e fórmulas de Contabilidade de minha real fazenda não fique arbitrário a maneira de pensar de cada um dos contadores gerais, que sou servido criarem para o referido Erário: - ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade, para o manejo de grandes somas como por ser mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores.

E para que tais escriturações fossem realizadas, foi necessária, no ano seguinte, a implementação de aulas de comércio. Contudo, de acordo com Silva e

Silva (2008, p.03) “[...] apesar dos estímulos da área pública, o ensino comercial não se desenvolvia, devido principalmente ao desinteresse da população”, outra razão pela qual não houve grande ampliação das aulas, se deu pelo motivo de que “apesar da existência legal de tal obrigação, é importante salientar que essa foi mais uma norma que não saiu do papel.” (NIYAMA e SILVA, 2021, p.78). Ou seja, tal lei não tinha aplicabilidade prática, apesar de existir na teoria.

Desse modo, a contabilidade no Brasil permaneceu sem grandes alterações até o ano de 1850, quando foi criado, com a intenção de oficializar os procedimentos da contabilidade, reconhecendo a profissão de alguém que se responsabilizasse por eles e conceituando os principais aspectos da área, o Código Comercial do Brasil, conforme destaca Teles (1989, p.51 apud BUGARIM; OLIVEIRA, 2014, p.03):

Após 350 anos do descobrimento, o Brasil já estava carente de um documento legal destinado a regulamentar o nosso sistema comercial que se apresentava em acentuado ritmo de desenvolvimento.

Em 1869, através do Decreto Imperial nº 4.475, criou-se a Associação dos Guarda-livros da Corte, oficializando, assim, a profissão de contador, que naquele tempo, carregava a denominação de guarda-livros. Como afirma Alves (2017, p.22) “O guarda-livros era o profissional de contabilidade no período mais antigo e tinha por funções desenvolver contratos e distratos, monitorar o fluxo de dinheiro, conforme as entradas e saídas, e elaborar a escrituração mercantil.”

Tais associações representaram um grande avanço e serviram como um alicerce para a criação da profissão contábil como se conhece atualmente. Isso por que, a partir delas, foram criadas as primeiras escolas técnicas do Brasil, ainda no final do século XIX, as quais consolidaram de vez a difusão do ensino técnico – (regulamentado e mais aprofundado) de contabilidade no país, conforme destaca Bacci (2002, p.119) “[...] aqueles que concluíssem o curso técnico de dois anos receberiam o título de Guarda-Livros; e seria concedido o título de Perito-contador àqueles que concluíssem o curso técnico de três anos”.

Nos anos seguintes, ocorreu a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) e por último, a criação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais como grau superior, através do Decreto Lei nº 7.988/1945.

Desde então, as ciências contábeis, no contexto brasileiro, vêm evoluindo de acordo com que a sociedade evolui. Ora com o escopo de uniformizar as demonstrações contábeis, ora com acordos sobre o entendimento de detalhes sem consenso claro, o curso contábil passou também por outras grandes mudanças que tornaram possível a contabilidade brasileira como entendemos hoje, são eles: período inflacionário, a contabilidade de custos, a Lei nº 6.404/1976, a criação das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), e a influência da Escola Italiana em detrimento da Escola Americana.

2.2 Relevância das disciplinas de economia na contabilidade e conceitos fundamentais

Primeiramente, faz-se necessário a apresentação com clareza da terminologia e a linguagem próprias deste capítulo, assim como o desenvolvimento mais aprofundado dos motivos que destacam a dimensão da importância das disciplinas econômicas para a formação acadêmica do estudante de contabilidade.

A contabilidade, como sendo responsável pelo registro, análise e exposição das transações financeiras e econômicas das entidades, tem como agente ativo o contador, profissional que deve ser dotado de competências e habilidades que possibilitem o exercício da profissão com domínio e ética (VICECONTI e NEVES,2017).

Ainda nesse contexto, Viceconti e Neves (2017), consideram a contabilidade como uma ciência que desenvolveu uma metodologia que tem por objetivo controlar o patrimônio das entidades, apurar seus resultados e prestar informações de desempenho e patrimonial aos interessados, segregando-se seus métodos entre função administrativa e econômica.

Além disso, de acordo com Almeida (2018), o profissional contador deve ser formado tendo em vista a dinâmica do mercado de trabalho, como reitera Sientibus (2002, p.227): “O contador, diante de tantas mudanças, deverá estar preparado para contribuir com informações contábeis que permitam, continuamente, a uma gestão eficiente dos negócios de uma empresa”, ou seja, o profissional deve possuir habilidades para influenciar diretamente a gestão da unidade através de suas convicções, o que inclui a interação com outras áreas que fazem parte da organização das empresas.

Portanto, ainda de acordo com Almeida (2018), com base no exposto, é possível observar a dimensão da relevância das disciplinas advindas de outras áreas de conhecimento que fazem parte formação básica do contador.

No que tange mais especificamente às disciplinas de economia durante a graduação contábil, essas possuem função primordial, conforme dito por Jacques Chirac (1997): “a profissão contábil desempenha um papel fundamental na modernização e internacionalização de nossa economia”. E essa função é exercida mutuamente, pois, a economia, de acordo com Mankiw (2005), pode ser considerada como o estudo de como a sociedade administra recursos finitos. Consequentemente, ela é capaz, em primeiro lugar, de auxiliar o contador na compreensão do modo como os fatores econômicos afetam as tomadas de decisões e o modo de operar das empresas, desde políticas governamentais até taxas de inflação, de juros e desenvolvimento econômico.

Além disso, outro fator que confirma a importância das disciplinas econômicas no fluxo curricular obrigatório de contabilidade, são as definições econômicas, como a oferta, demanda, elasticidade, estruturas de mercado e custos de produção.

A meta principal de uma empresa é sem dúvida maximizar lucros sobre o capital investido em reservas de caixa e estoque. Entende-se então que a função do contador é justamente estabelecer maior equilíbrio entre as diversas variáveis componentes do sistema, tais como: custos de aquisição, de estocagem. (FRASSINI E STEINHORST (2021, p. 02).

Portanto, o conhecimento sobre definições econômicas têm o poder de impactar a maneira como se definem os preços e se alocam os custos, buscando o aumento do lucro de uma empresa, e proporcionando ao contador uma maior capacidade de análise de custos e determinação de preços (FRASSINI E STEINHORST,2021).

Ainda de acordo com os autores, outro ponto que se destaca nesse contexto, são as políticas fiscais e reguladoras dos procedimentos contábeis, isso por que essas leis públicas são moldadas com base nas considerações econômicas.

Conforme Soares et al. (2011, p.38), a composição curricular do curso de ciências contábeis no Brasil, sofreu várias alterações ao longo de sua existência, as disciplinas de economia “mostraram uma alternância de obrigatoriedade, ou seja, ora foram excluídas, ora tornavam a ser incluídas”, contudo, desde o Decreto Lei nº

7.988/1945, elas passaram a compor a parte essencial da matriz curricular do curso de ciências contábeis nas universidades brasileiras.

Diante do exposto, faz-se necessário conceituar e apresentar a importância do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), que pode ser definido como “o principal documento que orienta a proposta educacional das instituições de ensino. Sendo resultado do esboço coletivo das expectativas com relação ao educador e seu trabalho formativo” (FICAGNA, 2009, p.20).

Como vertentes dos projetos pedagógicos institucionais, também são exigidos os projetos pedagógicos de cada curso, os quais devem conter:

“O conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia, o perfil profissional dos concluintes e tudo quanto se refira ao desenvolvimento do curso, obedecidas as diretrizes curriculares nacionais.

(Ministério da Educação/INEP)

Desse modo, o PPPI é uma parte essencial da prática pedagógica das instituições de ensino superior brasileiras, tendo como objetivo a orientação do trabalho desenvolvido em cada curso e estabelecendo vínculos estratégicos entre as circunstâncias atuais e circunstâncias desejadas para o futuro de cada área.

No contexto da UnB, por exemplo, os princípios pedagógicos norteadores do curso buscam a integração interdisciplinar das áreas de contabilidade, administração e economia, entre outras correlatas, na perspectiva de articulação da teoria-prática, da práxis do ensino e da aprendizagem colaborativa, da gestão pedagógica mediada para promover o desenvolvimento de competências e habilidades relacionais, segundo o próprio PPC de Contabilidade da UnB, atualizado em 2019.

Ainda de acordo com o documento, deve ser considerado o princípio da interdisciplinaridade – que “demonstra que a integração disciplinar possibilita análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)criação do conhecimento”.

Diante do exposto, o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UnB, atualmente, apresenta como matérias obrigatórias que abordam o tema micro e macroeconômico, duas disciplinas: Introdução à Economia e Contabilidade Nacional.

Em consulta a ementa das disciplinas, no caso de Introdução à Economia, são apresentadas “noções de microeconomia e noções de macroeconomia” dentre vários

outros temas econômicos. Já no caso da Contabilidade Social ou Nacional, é apresentada a “comparação no tempo e no espaço dos agregados macroeconômicos” dentre vários outros tópicos de economia.

Portanto, seria relevante a consideração da possibilidade de inserir tanto a microeconomia como a macroeconomia como matérias independentes no fluxo de disciplinas obrigatórias de ciências contábeis. Ademais, é importante destacar também, que algumas das universidades públicas mais renomeadas do país, tais como a USP, UFRJ, UFMG, UFRGS, possuem as duas disciplinas no fluxo de matérias obrigatórias do curso de ciências contábeis.

Deste modo, é razoável inferir que, se as principais universidades do país adotam essas matérias como indispensáveis na formação do contador, as demais, seguindo o exemplo, devem considerar a inclusão de tais disciplinas como imprescindíveis aos estudantes de contabilidade, a fim de buscar acompanhar o currículo de ciências contábeis das instituições consideradas modelo.

2.3 Importância das disciplinas de micro e macroeconomia na formação do contador

2.3.1 A microeconomia

A microeconomia, pode ser definida, resumidamente, como o estudo de como os indivíduos e as firmas tomam decisões e de como as decisões afetam os preços e a produção de bens e serviços.

A microeconomia preocupa-se em explicar como são gerados os preços dos bens e serviços finais e dos fatores de produção a partir de um conjunto de proposições teóricas apoiadas no paradigma do equilíbrio. (MATTOS; SILVA e Hercowitz, 2007, p.03)

Como tendo tais objetivos, ela exerce função importante na vida do contador. De acordo com Bromwich e Hong (1999, apud PANARELLA, 2010, p.06), pode-se exemplificar o papel da microeconomia para a contabilidade geral através da derivação “das condições necessárias e suficientes para que o Custeio Baseado em atividades mensure os custos incrementais que [...], são definidos como o custo total da firma menos o custo total caso determinado produto deixasse de ser produzido.”

Portanto, de acordo com Coase (1990, apud PANARELLA, 2010, p.11), a contabilidade e a economia podem se beneficiar mutuamente, por meio da equiparação dos custos empresariais, tão utilizados nas ciências contábeis, aos custos de oportunidades (custo econômico); ligando custos às escolhas; e comparando sistema contábil ao mercado, desde que se façam os ajustes necessários.

Ademais, a ideia de comparação entre custo de oportunidade e custo empresarial também tem, ao longo dos anos, fomentado discussões “acerca de alternativas para a operacionalização da mensuração do custo de oportunidade pela Contabilidade Gerencial” (PANARELLA, 2010, p. 12)

A microeconomia, no contexto contábil, ainda possibilita que o contador tenha mais qualidade no que se refere ao auxílio na tomada de decisão, que, segundo Rodrigues (2008), é o objetivo tanto da contabilidade e economia gerencial. Ademais, os tipos de concorrências estudados pela microeconomia, podem facilitar com que o profissional contábil entenda a estrutura de mercado e os possíveis riscos de competição nos quais a empresa está inserida.

Ainda segundo o autor, a contabilidade gerencial encontra, nas considerações microeconômicas, oportunidade para se flexibilizar, operacionalizando a aproximação do custo econômico e contábil.

Ademais, conforme Zimmerman (2003, p.52, apud PANARELLA, 2010, p.163), na prática, a contabilidade gerencial ao equiparar o custo da contabilidade com o econômico, “[...] modifica a abrangência de elementos de custos contemplados, conforme cada o propósito de cada decisão”. Para isso, deve ser feita uma assimilação da visão dos gestores, em seguida, o desenvolvimento do conjunto de oportunidades de cada um, e por último a simulação de seus resultados e classificação de acordo com o resultado da estimativa do custo de oportunidade, por exemplo.

2.3.2 A macroeconomia

De acordo com Barbosa (2017, p.01), a macroeconomia pode ser considerada como “a aplicação da teoria econômica ao estudo do crescimento, do ciclo e da determinação do nível de preços da economia”. Ou seja, ela deve ser estudada observando-se o comportamento da economia como um todo. Braga e Paulani (2020), ainda indicam que a macroeconomia trabalha numa dimensão macroscópica, e suas variáveis são sempre agregadas. Reforçando, portanto, a quantidade de tópicos que

a disciplina é capaz de abranger, afetando assim o modo de pensar de seus estudantes.

A partir disso, pode-se inferir que a macroeconomia fornece aos estudantes de contabilidade uma base para uma compreensão mais abrangente sobre os princípios da economia e o comportamento geral da economia.

A contabilidade social(nacional), por exemplo, assim como a macroeconomia, tiveram origem a partir da teoria geral de Keynes, em concordância com Braga e Paulani (2020, p.15):

Com os primeiros esforços para fechar logicamente o sistema de contas nacionais, a teoria macroeconômica e a contabilidade social experimentaram um desenvolvimento conjunto, beneficiando-se mutuamente.

Isso demonstra que ambas disciplinas compartilham muitas semelhanças e reforça a conexão indispensável que ambas têm.

Além disso, a evolução, na prática, da contabilidade social até atingir o patamar que se encontra hoje, com uma produção de estatísticas sistematizadas sobre as variáveis agregadas, tornou palpável as teorias que se derivaram da macroeconomia, seja no que tange a leis fundamentais, seja no que diz respeito a modelos específicos. Outrossim, ainda segundo Braga e Paulani (2020, p.16), “os princípios das partidas dobradas e equilíbrio interno e externo serviram como alicerce no que tange a mensuração sistêmica e lógica da evolução dos agregados econômicos”.

Outro fator que destaca a importância da disciplina de macroeconomia durante a faculdade de contabilidade, se dá pelo estudo das tendências macroeconômicas, possibilitando ao contador antecipar eventos futuros relacionados à economia, como por exemplo a demanda agregada, que farão diferença na elaboração de orçamentos e planos de investimento, por exemplo (BRAGA, 2020).

3 METODOLOGIA

O presente artigo teve como objetivo identificar, através da verificação dos Projetos Pedagógicos do Curso de Ciências Contábeis de 104 instituições de ensino superior públicas brasileiras (sejam elas regionais, municipais, estaduais ou federais), quantas e quais delas possuem as disciplinas Microeconomia e Macroeconomia como obrigatórias para a obtenção do diploma de bacharel em ciências contábeis.

O ponto de partida foi a definição das universidades pesquisadas. Buscando maior precisão no resultado da pesquisa, decidiu-se considerar apenas as instituições públicas de ensino superior.

Em sequência, foi definido a grandeza da amostra a ser pesquisada, com o escopo de utilizar a metodologia mais adequada possível e minimizar erros. Tal como dito por Oliveira e Grácio (2005, p.01), quanto maior o tamanho da amostra, menor é a tendência do erro amostral.

No país, de acordo com o Censo de Educação Superior de 2018, existem 204 universidades públicas. Das 105 universidades do governo mais bem colocadas conforme o RUF 2019, 72 delas (69%) ofertam a graduação em ciências contábeis, seja na modalidade presencial ou à distância. Por outro lado, 32 delas (31%) não dispõem do curso, e apenas 1 delas não disponibilizou o PPC de contabilidade em seu site, limitando a amostra inicial à 104 instituições públicas do Brasil.

Considerou-se essa fonte como apropriada pois, no que se refere a pesquisa, a fonte realiza a pesquisa do total de publicações, citações, citações por publicação, publicações por docente, citações por docentes, publicações em revistas nacionais, recursos recebidos, bolsistas CNPq e a quantidade de teses. Utilizando sempre como base, depositórios de artigos científicos e periódicos renomeados, como o Web of Science, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Datafolha e Censos.

No que se refere ao ensino, a Folha de São Paulo analisa a opinião dos docentes do ensino superior, professores com mestrado e doutorado, com dedicação integral e parcial, além da nota da instituição no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

No que tange a Inovação, analisa-se o número de patentes e a quantidade de estudos da universidade em parceria com o setor produtivo.

Quanto a internacionalização, estuda-se as citações internacionais por docente e as publicações em coautoria internacional.

Por último, o mercado é analisado considerando a opinião de empregadores sobre preferências de contratação tendo como fonte de pesquisa o Datafolha (2017, 2018 e 2019). Desta maneira, essa fonte de dados foi considerada a mais adequada e completa para a presente pesquisa.

Contudo, apesar de o RUF 2019 ser considerado como apropriado, para esta pesquisa, foi necessário realizar ajustes no ranking, pois o mesmo abrangia universidades públicas e privadas. Portanto, foi aplicado filtro que selecionasse apenas as instituições superiores de ensino públicas, conforme é demonstrado no Anexo – A.

Após a decisão da fonte, foi analisado o Projeto Pedagógico do Curso de Contabilidade mais atualizado de cada uma dessas universidades, contudo, a única que não ofereceu acesso para que se localizasse o PPC de Ciências Contábeis, foi a Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Desta maneira, a amostra inicialmente pretendida limitou-se a 104 instituições públicas de ensino superior.

Visto que os PPC baseiam-se e são exigidos pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, foi procurado no *site* eletrônico de cada uma das universidades da lista acima, o seu PPC de contabilidade.

Após o download e armazenamento de cada um dos documentos, estudou-se, individualmente, cada fluxo curricular obrigatório, ou seja, foi averiguado, em cada uma das listadas, quais eram as matérias consideradas obrigatórias para a obtenção do diploma em ciências contábeis.

Em seguida, verificou-se e registrou-se quais delas possuíam as disciplinas de microeconomia e macroeconomia como disciplinas obrigatórias, quais não possuíam nenhuma das duas matérias como obrigatórias, e quais tinham apenas uma ou outra como fator essencial na formação do estudante de contabilidade.

Posteriormente, foi feita uma planilha no Microsoft Excel, contendo as seguintes colunas: classificação, nome da universidade, sigla, UF (indicando em que unidade federativa a instituição se encontra), nota no RUF, oferta (indica se a universidade oferta ou não a graduação em contabilidade) e obrigatoriedade (contendo 3 alternativas: “SIM” para quando as duas matérias são obrigatórias, “NÃO” para quando nenhuma das duas matérias é exigida, “APENAS MACRO”, e “APENAS MICRO”, cujos nomes são autoexplicativos).

Deste modo, a partir da planilha, e com o auxílio do filtro, ficou evidenciado quantas e quais universidades públicas do Brasil, sejam elas municipais, regionais, federais ou estaduais, exigem Macroeconomia e Microeconomia como disciplinas fundamentais durante a formação do contador. Além disso, também demonstrou-se quantas não possuem nenhuma das duas como matérias obrigatórias, e por último, quais delas indicam apenas uma ou outra como imprescindíveis, destacando a relevância de tais matérias durante a graduação.

4 ANÁLISE DOS DADOS

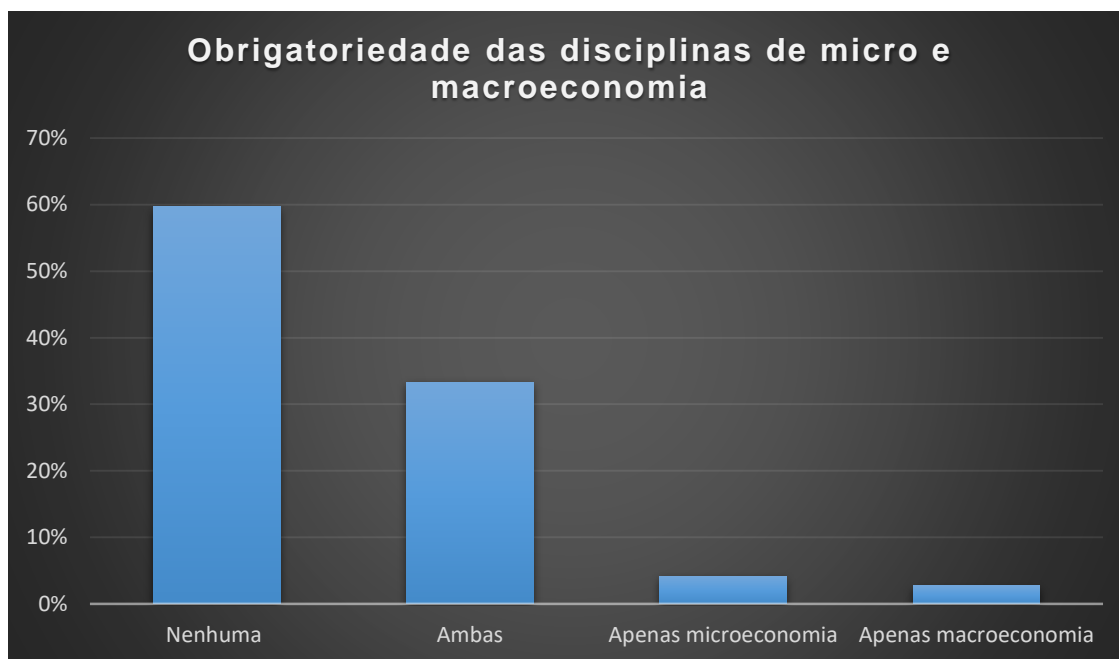


Gráfico 1 – Quantidade de universidades públicas no Brasil que oferecem microeconomia/ macroeconomia como obrigatórias no fluxo curricular de ciências contábeis

Fonte: próprio autor após coleta de dados

De acordo com a análise dos projetos políticos pedagógicos de ciências contábeis, das 72 universidades do governo que possuem contabilidade entre os cursos ofertados, mais da metade (60%), que equivalem a 43 universidades, não adotam nem a microeconomia nem a macroeconomia como obrigatórias para o curso. Por outro lado, 33%, equivalente a 24 delas, adotam ambas as disciplinas econômicas como obrigatórias aos estudantes de contabilidade.

Já as instituições que julgam apenas a matéria de microeconomia como fundamental no rol de disciplinas obrigatórias para as ciências contábeis, foram 3(4%), sendo elas: UFJF, UFSJ, E UFRR. Por último, 2 (representando 3%) das 72, consideram apenas a macroeconomia como disciplina obrigatória durante a formação do contador: UFBA e UNEB, o que demonstra essa tendência no estado da Bahia.

Outro fator importante encontrado na pesquisa, é que as instituições que não apresentam nenhuma das duas disciplinas como obrigatórias, em geral, tem seu PPC de contabilidade relativamente desatualizado em relação às que têm ambas disciplinas como obrigatórias, onde somente 32% delas atualizaram seu PPC nos últimos 5 anos.

Já acerca das instituições que exigem as duas matérias, 71% tiveram seu Projeto Pedagógico Atualizado após 2018, isso demonstra que existe uma propensão,

por parte das universidades, da adoção da obrigatoriedade das duas disciplinas na graduação em contabilidade, contudo, muitas delas não têm mantido o documento que dá norte ao curso totalmente atualizado e de modo que acompanhe as tendências de mercado.

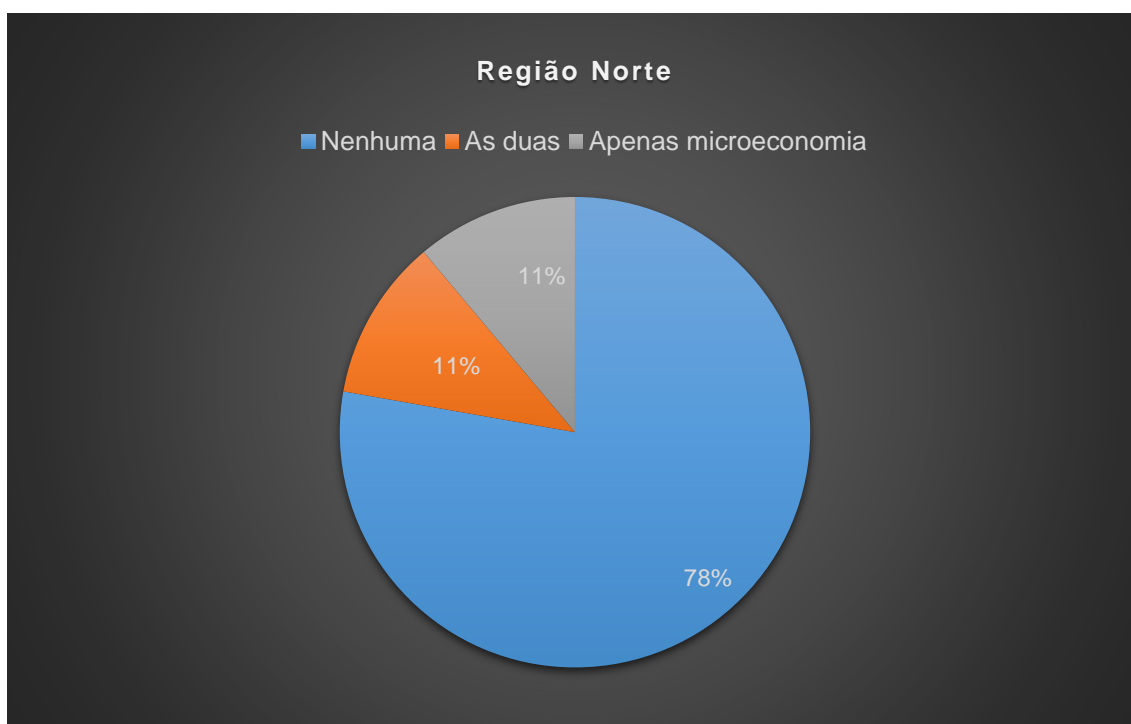


Gráfico 2 – Relação das universidades públicas na região norte do país que oferecem microeconomia/ macroeconomia como obrigatórias no fluxo curricular de ciências contábeis
Fonte: próprio autor após coleta de dados

Observou-se que, na região norte brasileira, existe uma tendência (78%), da não adoção de nenhuma das duas matérias como obrigatória aos futuros contadores, fato que pode ser justificado pela falta de atualização nos PPC de ciências contábeis, ou mesmo por julgarem as disciplinas como não sendo relevantes para os graduandos em contabilidade a ponto de exigir matérias específicas para cada tópico.

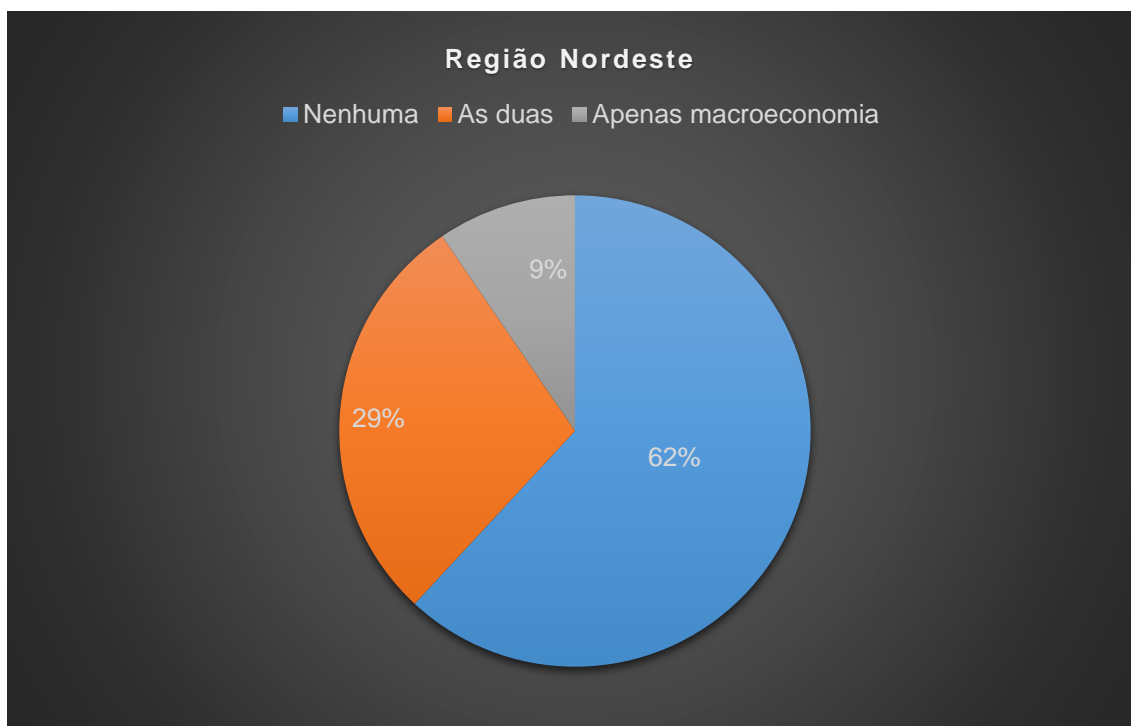


Gráfico 3 – relação de universidades públicas no nordeste brasileiro que oferecem microeconomia/ macroeconomia como obrigatórias no fluxo curricular de ciências contábeis

Fonte: próprio autor após coleta de dados

No que tange à região nordeste do país, 62% das universidades não adotam nenhuma das disciplinas como obrigatórias, por outro lado, nota-se que 29% das instituições nordestinas analisadas adotam as referidas matérias de economia no fluxo curricular obrigatório de contabilidade. Por último, 9% delas apresentam apenas a macroeconomia como indispensável.

Sendo assim, nota-se que as instituições que não exigem as duas disciplinas é maioria, contudo, nos últimos anos vem ocorrendo atualizações nos PPCs contábeis da região, e em geral tais atualizações vêm acompanhadas da inclusão das duas disciplinas como obrigatórias, apesar de não ser regra.

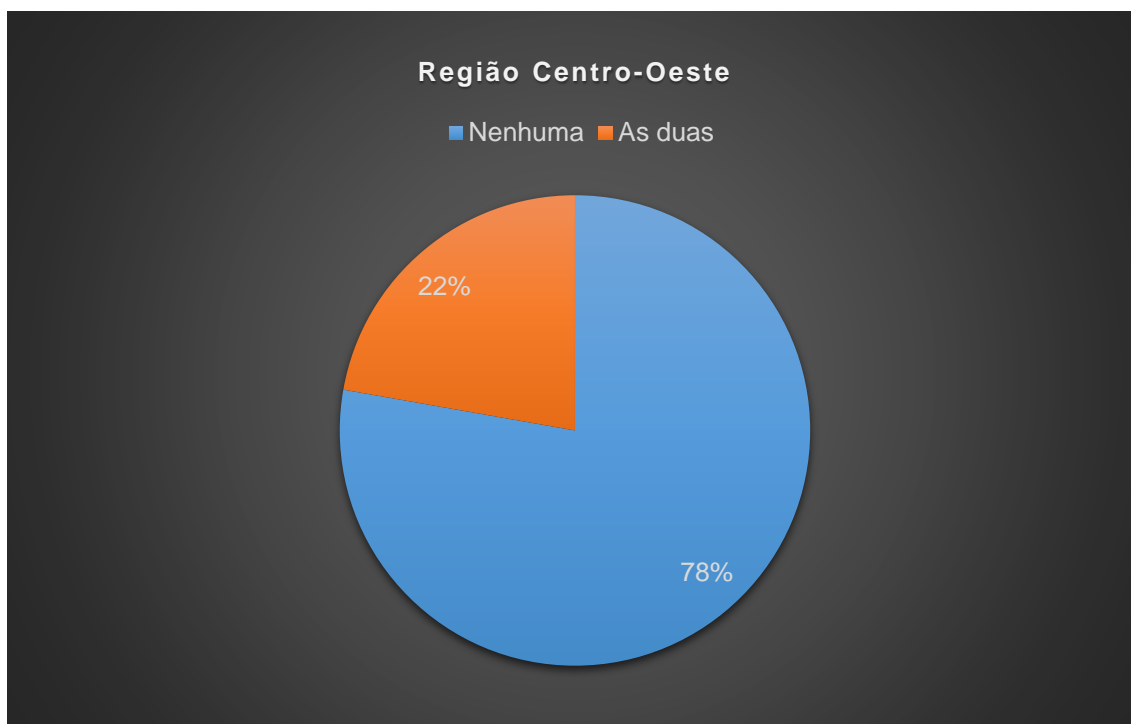


Gráfico 4 – Proporção de universidades públicas no centro-oeste do Brasil que oferecem microeconomia/ macroeconomia como obrigatórias no fluxo curricular de ciências contábeis

Fonte: próprio autor após coleta de dados

Já no caso da região central do país, observa-se também uma predominância das universidades que não apresentam nenhuma das disciplinas como obrigatórias (78%). Ademais, 22% delas decidiram que ambas são obrigatórias, não existindo, desse modo, universidades que adotam apenas uma ou outra como imprescindíveis no currículo do contador na região centro-oeste, dentro da amostra coletada.

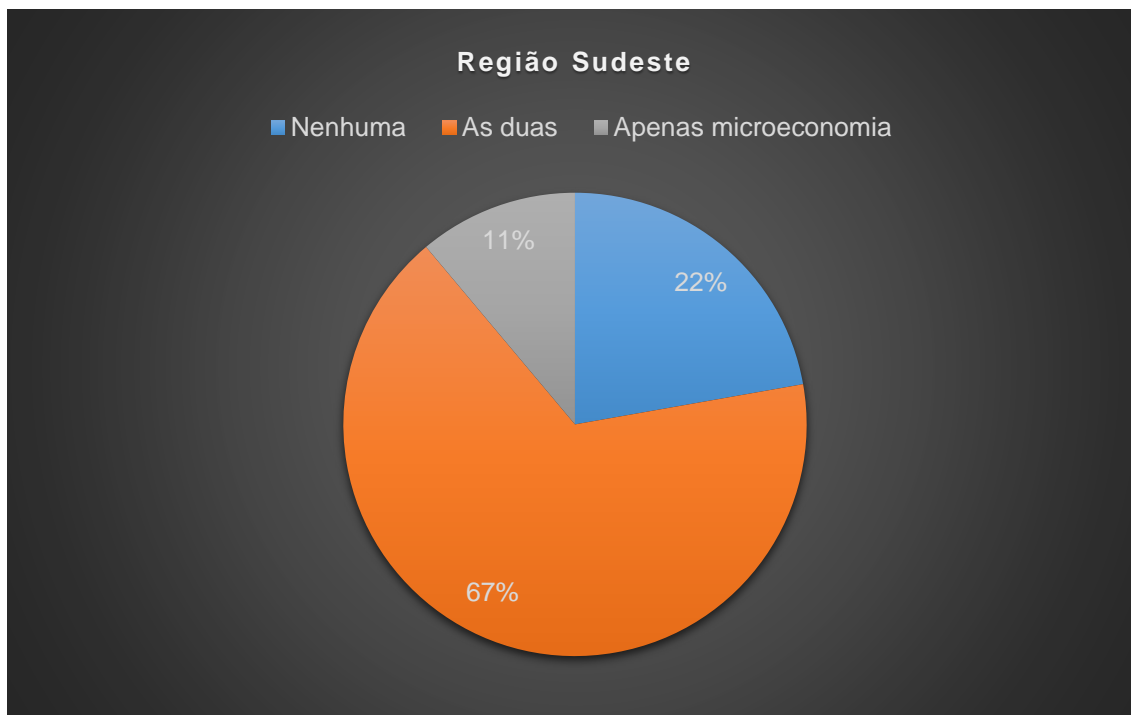


Gráfico 5 – Proporção de universidades públicas na região sudeste do país que oferecem microeconomia/ macroeconomia como obrigatórias no fluxo curricular de ciências contábeis

Fonte: próprio autor após coleta de dados

Referindo-se à região sudeste brasileira, nota-se uma diferenciação das demais áreas do Brasil. 67% das universidades da região exigem que se curse tanto a micro como a macroeconomia durante a graduação em ciências contábeis.

Ainda nesse contexto, 22% das instituições não demandam nenhuma das duas disciplinas no rol de matérias obrigatórias de contabilidade e 11% delas requerem somente microeconomia.

A região sudeste, como sendo responsável por quase metade das colaborações científicas do Brasil (SIDDONE,2016) e por todo seu desenvolvimento econômico e intelectual, deve servir de exemplo às outras regiões, tanto no que se refere às produções científicas em geral, quanto no currículo específico de contabilidade.

Tal região, portanto, demonstra a importância das duas disciplinas econômicas para o estudante de contabilidade, e além disso, destaca a relevância da obrigatoriedade das mesmas como matérias independentes e específicas, diferentemente do que é apresentado por grande parte das universidades públicas brasileiras.

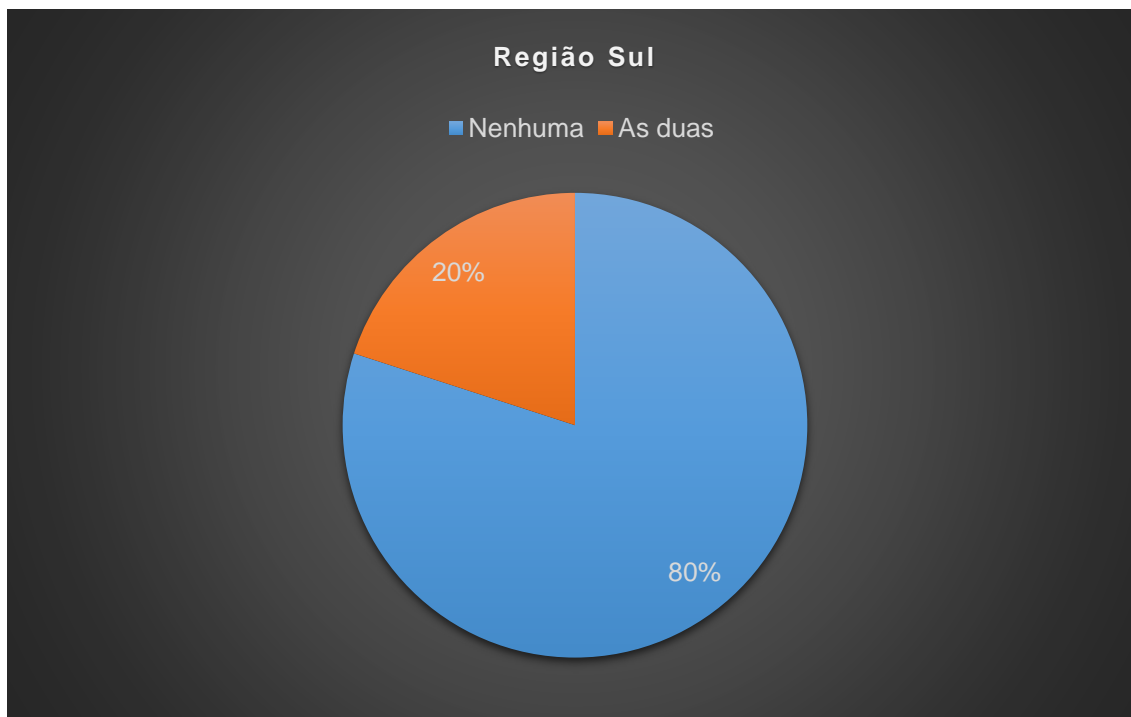


Gráfico 6 – Quantidade de universidades públicas na região sul do Brasil que oferecem microeconomia/ macroeconomia como obrigatórias no fluxo curricular de ciências contábeis
Fonte: próprio autor após coleta de dados

Por último, percebe-se que na região sul do país, 80% das universidades não exigem nenhuma das duas matérias como obrigatórias, enquanto 20% delas consideram-nas como imprescindíveis durante a graduação em ciências contábeis.

5 CONCLUSÃO

Diante da análise do fluxo de disciplinas obrigatórias do curso de ciências contábeis nas universidades públicas brasileiras, foi possível concluir quantas e quais são as universidades que exigem as matérias de micro e macroeconomia; quantas não exigem nenhuma das duas; e quantas demandam apenas uma ou outra.

O tema se mostra relevante, na medida que as referidas disciplinas contribuem de várias maneiras, durante a graduação, para a formação de um profissional contábil que seja capaz de se adequar e seguir as tendências de mercado que tanto se exige no contexto atual mundial.

Os resultados da pesquisa demonstraram que, dentro da amostra pesquisada, 33% das universidades públicas brasileiras possuem tanto macroeconomia como microeconomia como disciplinas obrigatórias para os estudantes de contabilidade. Por outro lado, 60% delas não exigem nenhuma das duas para tornar-se bacharel em ciências contábeis. Enquanto 4% julgam apenas a microeconomia como fundamental, e 3% consideram somente a macroeconomia como requisito para a obtenção do diploma.

Por meio da pesquisa, também foi possível notar uma tendência que demonstrou que quanto mais atualizado o PPC, maior a propensão de aderir a obrigatoriedade das duas disciplinas no currículo de ciências contábeis, demonstrando que a falta da inclusão dessas disciplinas pode ser resultado de certa desatualização no Projeto Pedagógico do Curso de Contabilidade.

Notou-se também que na região sudeste, cientificamente a mais desenvolvida do país, e que possui um grande parque industrial, mais de 2/3 das universidades exigem ambas disciplinas. Por outro lado, na região sul (região em processo de desenvolvimento tecnológico e industrial), 80% das instituições de ensino superior não adotam nem micro nem macroeconomia como obrigatórias durante a graduação em ciências contábeis.

Ademais, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, a quantidade de contadores atuantes, por região, se divide da seguinte maneira: Região Centro-oeste (8,46%); Região Nordeste (16,29%); Região Norte (6%); Região Sudeste (51,44%) e Região Sul (17,81%).

O objetivo do estudo foi alcançado na medida que conseguiu esclarecer pontos como: quantas e quais instituições públicas de ensino superior exigem, especificamente, as disciplinas de micro e macroeconomia durante o curso de

contabilidade; quantas não requerem nenhuma das duas, e quantas consideram apenas uma ou outra como fundamental. Também esclareceu-se a dimensão do suporte que as matérias econômicas dão para contabilidade; conceito e relevância das disciplinas de micro e macroeconomia na formação do contador, conceito de projetos pedagógicos, e o desenvolvimento da contabilidade no Brasil.

Devem ser mantidas pesquisas acerca desse tema, na medida em que possam existir outras disciplinas que não são abordadas com a devida relevância no curso de ciências contábeis pelo país, além da possibilidade de existirem disciplinas que não se fazem mais relevantes diante das mudanças que ocorreram no mercado de trabalho nos últimos anos. Sugere-se também a elevação da pesquisa a nível internacional, a fim de comparar o currículo de contabilidade das universidades públicas brasileiras com as do exterior.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, RAFAEL BARBOSA DE. Mercado e ensino. *In*: ALMEIDA, RAFAEL BARBOSA DE. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: uma análise da composição**. 2018. Monografia (Bacharelado ciências contábeis) - Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão pública, Brasília, 2018. p. 42. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25598/1/2018_RafaelBarbosaDeAlmeida_tcc.pdf. Acesso em: 8 jun. 2023.
- ARAÚJO. C. S. A; FAVARÃO, N. R. L. **Importância da Interdisciplinaridade no Ensino Superior**. EDUCERE. Umuarama, v.4, n.2, p.103-115, jul./dez., 2004.
- BACCI, João. **Estudo Exploratório sobre o Desenvolvimento Contábil Brasileiro – uma Contribuição ao Registro de sua Evolução Histórica**. 2002. 175p. – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2002.
- BARBOSA, Fernando de Holanda. Agente Representativo. *In*: **MACROECONOMIA**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. cap. 1, p. 15-40.
- BRAGA, Marcio Bobik; PAULANI, Leda Maria. **A Nova Contabilidade Social: Uma Introdução à Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. 472 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/176513/mod_resource/content/1/Leda%20Maria%20Paulani%20%20M%C3%A1rcio%20Bobik%20Braga%20%20A%20Nova%20Contabilidade%20Social%20%28Uma%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Macroeconomia%29.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.
- BRASIL, Decreto-lei nº 7988, de 22 de setembro de 1945. **Dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/19371946/De17988.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%207.988%20DE,de%20ci%C3%A7ncias%20cont%C3%A1beis%20e%20atuariais.&text=Art.,1
- BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- BROMWICH, Michael; HONG, Cheolkyu. **Activity Based Costing Systems and incremental costs. Management Accounting Research**, London, v. 10, p. 39-60, 5 abr. 1999. DOI <https://doi.org/10.1006/mare.1998.0102>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1044500598901020?via%3Dihub>. Acesso em: 9 jun. 2023.
- BUGARIM, Maria Clara Cavalcante; OLIVEIRA, Oderlene Vieira de. **A Evolução da Contabilidade no Brasil: Legislações, órgãos de Fiscalização, Instituições de Ensino e Profissão**. Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, Bahia, v. 1, n. 1, p. 2-14, 22 out. 2014. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/contabilidade-bsica-apostila03.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

CAVENAGHI, Vagner. **O MODELO DE GESTÃO ECÔNOMICA (GECON) APLICADO À ÁREA DE PRODUÇÃO**. FIPECAFI, São Paulo, v. 1, ed. 14, p. 2-30, 3 jun. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cest/a/xrWsRCdYKnG58V6VnMn9Vks/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

COASE, Ronald H. The nature of the firm (1937). *In: The firm, the market, and the law*. Chicago: University of Chicago Press, 1988. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1338217&forceview=1>. Acesso em: 9 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por categoria, 2023**. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=1&ga=2.9124085.1577119651.1689632668-1324993285.1674168738>. Acesso em: 17 jun. 2023.

CONTABILIDADE básica. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017. 664 p. Acesso em: 8 jun. 2023.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridades: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1994.

FICAGNA, Roselaine Casagrande. **O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SUA IMPORTÂNCIA EM UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**. 2009. 49 p. Monografia (Pós graduação em gestão educacional) - UFSM, Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/412/Ficagna_Roselaine_Casagrande.pdf?sequ. Acesso em: 9 jun. 2023.

FRASSINI, Larissa; STEINHORST, André Paulo. **CONTROLE DE ESTOQUE: Estudo de caso no segmento de hortifruti [...]** *In: FRASSINI, Larissa; STEINHORST, André Paulo. CONTROLE DE ESTOQUE: Estudo de caso no segmento de hortifruti [...]*. 2021. Estudo de caso (Bacharel Ciências contábeis) - Faculdade de Contabilidade, Paraná, 2021. p. 17. Disponível em: <https://www.famper.com.br/arquivos/documentos/tcc/94/3f03db2557b5fe4f.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. **Análise a respeito do tamanho de amostras aleatórias simples: uma aplicação na área de Ciência da Informação**. Revista de Ciência da Informação, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 1-9, 9 jun. 2023. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/08/pdf_e12cd1e212_0011612.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

HADDAD, Eduardo Amaral; MENA-CHALCO, Jesús Pascual; SIDONE, Otávio José Guerci. **A Ciência nas Regiões Brasileiras: Evolução da Produção e das Redes de Colaboração Científica**. Revista Transinformação, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 2-

20, 6 set. 2016. DOI 10.1590/2318-08892016002800002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280938132_A_Ciencia_nas_Regioes_Brasileiras_Evolucao_da_Producao_e_das_Redes_de_Colaboracao_Cientifica. Acesso em: 9 jun. 2023.

HERCOWITZ, Marcelo; SILVA, Ana Lucia Gonçalves da; MATTOS, Luciano. **Microeconomia**. In: ECONOMIA do meio ambiente e serviços ambientais. DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. cap. 1, p. 1-15. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/144228/1/2009CL-24.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2023.

Interdisciplinaridade: conceito, importância e vantagens. Fundação Instituto de Administração, São Paulo, 27 de janeiro de 2021. Disponível em <https://fia.com.br/blog/interdisciplinaridade/>. Acesso em 9 jun. 2023.

LUSTOSA, Paulo R. B. **A (In)Justiça do Valor Justo**: SFAS 157, Irving Fisher e Gecon. 10º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. São Paulo, 2010.

NIYAMA, Jorge K. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597027792. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027792/>. Acesso em: 08 jun. 2023.

PANARELLA, Paulo Jorge Miranda. **Gestão e mensuração de custos: semelhanças e divergências entre a microeconomia e a contabilidade gerencial**. 2010. 217 p. Dissertação (Mestrado em contabilidade e controladoria) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP, São Paulo, 20. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-13102010-200153/publico/Paulo_Controladoria.PDF. Acesso em: 9 jun. 2023

PELEIAS, IVAM RICARDO et al. **EVOLUÇÃO DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA**. Revista de Contabilidade Financeira - USP, São Paulo, ano 2007, v. 1, p. 19-32, 24 maio 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/xYXTw4XrWb6FJc7HnbFnkw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2023.

RANKING de universidades. In: **Folha de São Paulo**. [S. l.], 3 jun. 2019. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da; SILVA, Cleide Carneiro Alves da. **A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO BRASIL**. Revista de Contabilidade - UNIFACS, Goiás, v. 1, n. 1, p. 1-12, 3 nov. 2007. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/299>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SOARES, Sandro Vieira et al. Evolução do currículo de contabilidade no brasil desde 1809. **Revista catarinense da ciência contábil**, Florianópolis, v. 10, ed. 30, p. 27-42, 2 nov. 2011. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRC>

<https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1225/1157>. Acesso em: 8 jun. 2023.

TELES, Odenildo de Sá. **O aperfeiçoamento da contabilidade frente ao desenvolvimento da economia brasileira**. Revista brasileira de contabilidade, Brasília, n.68, 1989.

ZIMMERMAN, Jerold L. **Accounting for Decision Making and Control**. 4th ed. New York: McGraw-Hill, 2003.

ANEXO

ANEXO A – RANKING DAS MELHORES UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS DE ACORDO COM A FOLHA DE SÃO PAULO, SEGUIDAS DO ANO DE ELABORAÇÃO MAIS RECENTE DO PPC DE CONTABILIDADE, CASO HAJA

1º	USP	2020
2º	UNICAMP	2015
3º	UFRJ	2015
4º	UFMG	2019
5º	UFRGS	2018
6º	UNESP	2015
7º	UFSC	2013
8º	UFPR	2012
9º	UNB	2016
10º	UFPE	2018
11º	UFC	2022
12º	UFSCAR	-
13º	UERJ	2007
14º	UFBA	2008
15º	UFV	2022
16º	UNIFESP	2023
17º	UFF	2007
18º	UFG	2015
19º	UFSM	2018
20º	UFRN	2013
21º	UEL	2018
22º	UEM	2003
23º	UFU	2007
24º	UFJF	2015
25º	UFES	2014
26º	UFLA	-
27º	UFPA	2012
28º	UFPB	2015
29º	UFPEL	-
30º	UFMT	2021
31º	UFRRJ	2018
32º	UFS	2009
33º	UFABC	-
34º	UFOP	-
35º	UDESC	2014

36º	UFMS	2022
37º	UENF	2016
38º	UFCG	-
39º	UFAL	2021
40º	UFTM	-
41º	UTFPR	2019
42º	UEPG	2022
43º	UFSJ	2013
44º	UFMA	2012
45º	UFPI	2014
46º	UNIFEI	-
47º	FURG	2023
48º	UECE	2012
49º	UEFS	2007
50º	UESC	2009
51º	UFAM	2020
52º	UFCSPA	-
53º	UNIOESTE	2015
54º	UFRPE	-
55º	UNIRIO	-
56º	UNIFAL MG	2018
57º	UPE	-
58º	FURB	2008
59º	UFGD	2014
60º	UNIPAMPA	-
61º	UESB	2014
62º	UNEB	2015
63º	FERSA	2012
64º	UEPB	2016
65º	UNIMONTES	2020
66º	UNICENTRO	2021
67º	UFVJM	2021
68º	UEA	2018
69º	UNIVASF	2016
70º	UEG	-

71º	UFFS	2020
72º	UFT	2015
73º	UEPA	-
74º	UEMS	2022
75º	UNEMAT	2016
76º	UNIR	2022
77º	UFRB	-
78º	UFRA	-
79º	UESPI	-
80º	UVA	2021
81º	UFOPA	-
82º	UFAC	-
83º	UEMG	2019
84º	UERN	2019
85º	UNITAU	2022
86º	URCA	-
87º	UENP	2023
88º	UNILA	-
89º	UFRR	2013
90º	UNIFAP	-
91º	UEMA	2022
92º	UERGS	-
93º	UFSB	-
94º	UNILAB	-
95º	UNESPAR	2018
96º	UFOB	-
97º	UFCA	2018
98º	UNIFESSPA	2016
99º	CISAL	-
100º	UERR	2017
101º	FESURV	-
102º	UEAP	-
103º	USCS	-
104º	UNEAL	-
105º	UNITINS	2017